



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 017/12

Institui a medalha de mérito agropecuário
"Excelência da Produção".


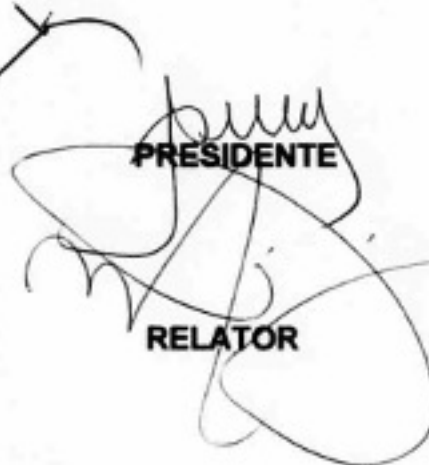

Art. 1º Fica instituída a medalha de mérito agropecuário "Excelência da Produção", de frequência anual, a ser concedida a pessoas físicas ou jurídicas instaladas no Estado do Paraná que se destacaram na produção agropecuária, no uso de tecnologia moderna, respeito ao meio ambiente, na defesa da propriedade e de respeito à função social da mesma.

Art. 2º Cada Parlamentar com assento na Assembleia Legislativa do Paraná indicará, de acordo com o art. 1º, uma pessoa ou entidade a ser homenageada.

Art. 3º A medalha será entregue aos homenageados em sessão solene a ser realizada preferencialmente no dia 28 de julho de cada ano, Dia Nacional do Agricultor, conforme instituído pelo Decreto nº 48.630, de 27 de julho de 1960.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 05 de novembro de 2012.



PRESIDENTE
RELATOR




ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 193/12

Declara de Utilidade Pública a
Federação das Associações de
Moradores do Estado do Paraná –
FAMEP, com sede e foro no
Município de Londrina.

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Federação
das Associações de Moradores do Estado do Paraná - FAMEP,
com sede e foro no Município de Londrina.

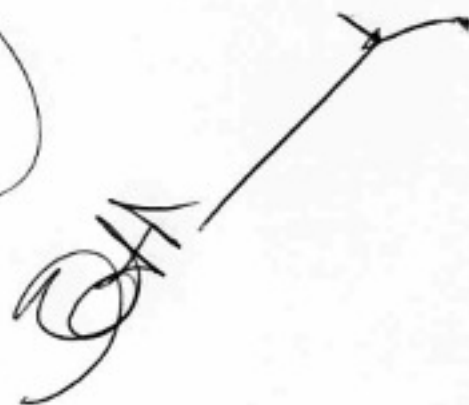
Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 05 de novembro de 2012.


PRESIDENTE


RELATOR







ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 354/12

Altera o art. 1º da Lei nº 10.476/93, que declarou de Utilidade Pública a Associação dos Trabalhadores da Fundação Social do Paraná – ATFASP.

Art. 1º Fica alterado o art. 1º da Lei nº 10.476, de 15 de outubro de 1993, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Servidores da Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social - ASSEDS, com sede e foro no Município de Curitiba”.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 05 de novembro de 2012.

Três assinaturas manuscritas em tinta preta. A primeira assinatura, à esquerda, é acompanhada por uma seta que aponta para o nome "RELATOR". A assinatura do meio é acompanhada por uma seta que aponta para o nome "PRESIDENTE". A terceira assinatura, à direita, não possui uma seta apontando para ela.

PRESIDENTE

RELATOR



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

PROJETO DE LEI

466/12

Súmula: Altera a Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996, que dispõe sobre o imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação – ICMS.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Ficam introduzidas as seguintes alterações na Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996:

I - Fica acrescentado o art. 46-A:

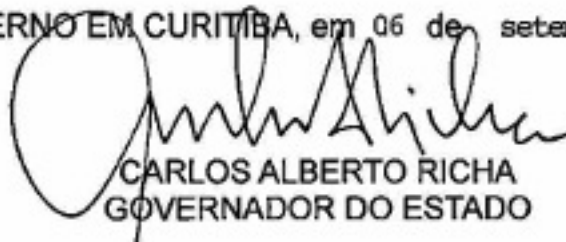
"Art. 46-A As administradoras de cartões de crédito, débito e similares deverão informar à Secretaria de Estado da Fazenda as operações ou prestações promovidas por estabelecimentos de contribuintes cujos pagamentos sejam realizados por meio de seus sistemas de crédito, débito ou similar, na forma estabelecida em decreto do Executivo."

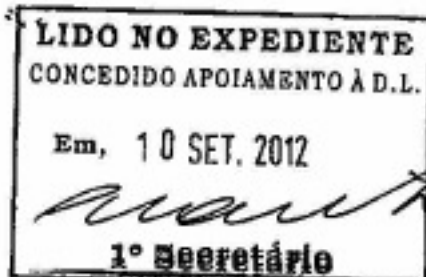
II - Fica acrescentado o inciso XXII ao § 1º do art. 55:

"XXII - de 0,5 % (cinco décimos por cento) do valor das operações ou prestações não informadas ou informadas em desacordo com a legislação, às administradoras de cartões de crédito, débito e similares que não entregarem, na forma e no prazo previstos na legislação, as informações sobre as operações ou prestações promovidas por estabelecimentos de contribuintes cujos pagamentos sejam realizados por meio de seus sistemas de crédito, débito ou similares."

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 06 de setembro de 2012.


CARLOS ALBERTO RICHIA
GOVERNADOR DO ESTADO



MENSAGEM
Nº 053 /2012.

Curitiba, 06 de setembro de 2012

Senhor Presidente,

I - À DAP para leitura no expediente
II - À DL para providências.
Em, 10/09/2012
Presidente

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa anteprojeto de lei que objetiva acrescentar os dispositivos que especifica na Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996, que dispõe sobre o imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS.

Em 1998, com a instituição da obrigatoriedade de uso do equipamento ECF - Emissor de Cupom Fiscal, em substituição às máquinas registradoras e terminais PDV - Ponto de Venda, foi criada, concomitantemente, a obrigatoriedade de integração do ECF com o equipamento POS - "Point of Sale", ou seja, toda e qualquer operação financeira de crédito, débito ou similar (vales refeição, alimentação, compras etc.), relativamente a operações que deveriam ser registradas em ECF, seria, obrigatoriamente, também registrada no ECF.

Entretanto, o Estado do Paraná nunca exigiu tal interligação, com diversas justificativas, entre essas a de que o elevado custo de integração, em face da demanda de equipamentos e sistemas específicos, tornaria inviável o atendimento pelos pequenos e médios estabelecimentos.

Criou-se, dessa forma, regra intermediária, segundo a qual o estabelecimento que não quisesse ou não pudesse efetuar a interligação ECF/POS poderia autorizar as administradoras dos cartões a informar ao fisco as operações, via arquivo magnético, a qual teve vigência até 31 de dezembro de 2006, quando a interligação passou a ser definitivamente obrigatória, apesar de ainda não implementada neste Estado.

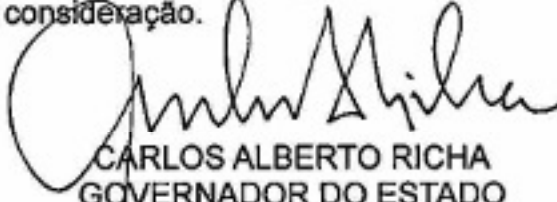
Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL
AJB/Prot.11.514.070-1

Com isso, as administradoras de cartões que foram autorizadas continuam repassando as informações sobre as operações financeiras ao fisco, apesar de não estarem mais obrigadas a isso. Entretanto, os repasses efetuados são parciais e incompletos, com pouca utilidade para fins fiscais ou gerenciais.

Em face dessa dificuldade, necessária a criação de uma obrigação acessória, por lei em sentido estrito, a ser cumprida por todas as administradoras de cartões de crédito, débito ou similares, para que seja efetuado o repasse das informações de todas as operações financeiras registradas, as quais passam a constituir indícios para auditoria fiscal.

Ainda, para que seja efetivada a exigência, necessária a previsão de penalidade específica na hipótese do eventual descumprimento da norma, a exemplo de outras unidades federadas (Bahia, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo) que implementaram a mesma obrigação às administradoras de cartões de crédito.

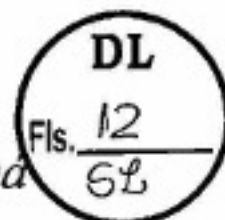
Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.



CARLOS ALBERTO RICHÁ
GOVERNADOR DO ESTADO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 466/2012

Projeto de Lei nº. 466/12

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 53/12

Súmula: Altera a Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996, que dispõe sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS.

EMENTA: ALTERA A LEI Nº 11.580/96 QUE TRATA DO REGULAMENTO DO ICMS NO ESTADO DO PARANÁ. ACRESCENTA O ART. 46-A E O INCISO XXII AO §1º DO ART. 55. POSSIBILIDADE. REGIMENTO INTERNO ART. 124. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTS. 13; 65 e 66 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. DECRETO ESTADUAL 2.838/97. LEI COMPLEMENTAR FEDERAL 101/00. LEGAL. CONSTITUCIONAL. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O projeto de lei de autoria do Poder Executivo tem por objetivo determinar que as administradoras de cartões de crédito, débito e similares deverão informar à Secretaria de Estado da Fazenda as operações ou prestações promovidas por estabelecimentos de contribuintes cujos pagamentos sejam realizados por meio de seus sistemas de crédito, débito ou similar.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33 - A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 - A - Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa de projetos de lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Em consonância com o Regimento Interno desta Casa, a Constituição Estadual, em seu art. 65, estabelece que:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Deste modo, resta-se evidenciada a capacidade de iniciativa do Governador para realizar a propositura do referido projeto de lei.

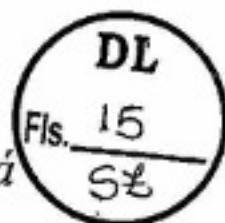
Já, com relação à competência, é importante destacar que a Constituição do Estado do Paraná determina como competência concorrente entre o Estado e a União legislar sobre direito tributário, conforme segue:

Art. 13. Compete ao Estado, concorrentemente com a União, legislar sobre:

I - direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico; (Grifos Nossos)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Ademais, quanto ao tema em análise cumpre ressaltar que é de competência da Secretaria de Estado da Fazenda do Estado do Paraná (SEFA), vide Decreto nº 2.838 de 15 de janeiro de 1997 que aprova o regulamento desta secretaria e assim preceitua:

Art. 1º - A Secretaria de Estado da Fazenda - SEFA constitui, nos termos da Lei nº 8.485, de 03 de junho de 1987, órgão de primeiro nível hierárquico da administração estadual, de natureza instrumental, para o planejamento, a coordenação, a fiscalização, o controle, a execução e a orientação normativa dos sistemas estaduais orçamentário, financeiros e de tributação.

Art. 2º - A Secretaria de Estado da Fazenda e as entidades da administração indireta a ela vinculadas têm como finalidade elaborar, acompanhar e executar o orçamento do Estado, obter e fornecer ao Poder Público os recursos financeiros necessários à consecução de seus objetivos, gerir os valores do Estado, propiciar a administração pública as informações do setor imprescindíveis à sua boa gestão e desenvolver as medidas tendentes a fortalecer e a ampliar os setores da economia.

Parágrafo único - Para atingir as finalidades constantes do artigo, a Secretaria de Estado da Fazenda deverá alcançar os seguintes objetivos:

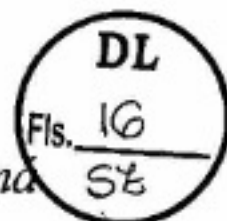
(...)

III - o aperfeiçoamento da legislação tributária estadual;

IV - a formulação da política tributária, como instrumento de ação do Governo;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



(...)

Art. 8º - Ao Secretário de Estado da Fazenda compete:

(...)

XIV - expedir instruções referentes à matéria tributária;

(grifos nossos)

Desse modo, nota-se que a respectiva Secretaria possui prerrogativas para realizar o planejamento, a coordenação, a fiscalização, o controle, a execução e a orientação normativa dos sistemas estaduais orçamentário, financeiros e de tributação; bem como, expedir instruções referentes à matéria tributária.

Ocorre que, por se tratar de competência da SEFA-PR, conseqüentemente, deve-se ressaltar a **competência privativa do Governador do Estado**; uma vez que a Constituição Estadual assim preceitua:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

(...)

IV - criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e órgãos da Administração Pública. (grifos nossos)

Com relação à Lei Complementar Federal nº. 101/00 e à Lei Complementar Federal nº. 95/98, o projeto de lei não apresenta nenhum óbice.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

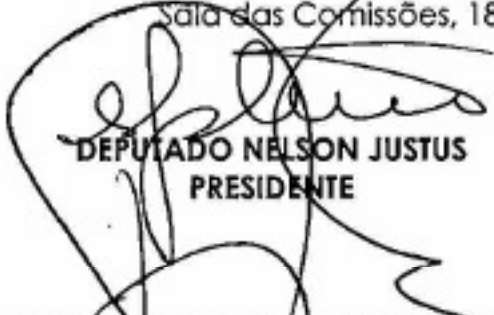
DL
Fls. 17
SE

Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém o poder de iniciativa e a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.




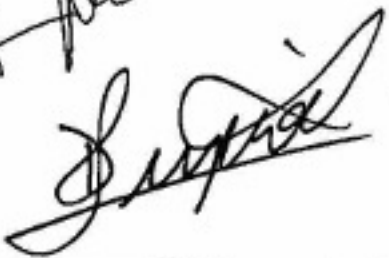

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 18 de Setembro de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA
RELATOR






APROVADO

Unanimidade 08/09



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.
COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislativa



PARECER PROJETO DE LEI Nº 466/12

Súmula: Mensagem nº 53/12 – Altera a Lei nº 11.580/1996, que dispõe sobre o ICMS

Autor: Poder Executivo.

Relator: Deputado Leonaldo Paranhos.

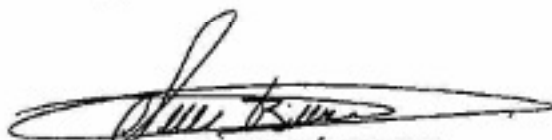
Justificativa: Implementar no Estado do Paraná a obrigatoriedade a autorização das administradoras de cartões a informar às operações.

Art. 33-M – Compete à Comissão de Indústria e Comércio manifestar-se sobre toda e qualquer proposição relativas à indústria e comércio.

Conclusão: Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei.

É o parecer.

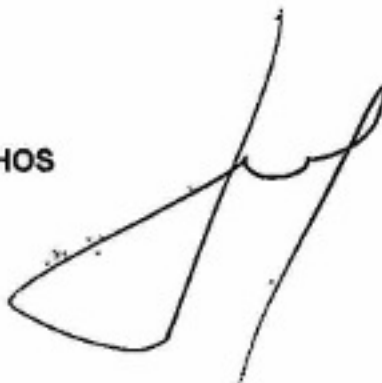
Sala das Comissões, 16 de outubro de 2012.



DEPUTADO ANDRÉ BUENO
PRESIDENTE COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

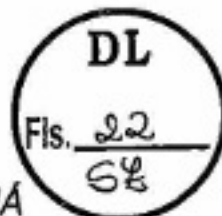


DEPUTADO LEONALDO PARANHOS
RELATOR





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 466/12

O presente parecer tem o cunho de, sob a ótica financeira, cumprir a competência determinada pelo artigo 33-B, do Regimento Interno, examinando a Proposição de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 053/12 que objetiva alterar a Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996, que dispõe sobre o imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação – ICMS.

Visa o autor com tal propositura, fazer com que as administradoras de cartões de crédito, débito e similares deverão informar à Secretaria de Estado da Fazenda as operações ou prestações promovidas por estabelecimentos de contribuintes cujos pagamentos sejam realizados por meio de seus sistemas de crédito, débito ou similar, na forma estabelecida em decreto do Executivo.

Preliminarmente denota-se que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Fernando Scanavaca e após sua análise constitucional e regimental exarou o competente parecer favorável.

Procedida a análise da Proposição, sob a ótica desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, nada encontramos que possa obstar a normal tramitação processual legislativa.

De igual modo, constata-se que a Constituição do Estado em seus arts. 65, 66 e 87 ressalta que a iniciativa privativa de matérias dessa natureza é do Governador do Estado. Cabe ainda ao Governador do Estado, legislar sobre direito tributário consoante o art. 13 da C.E.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

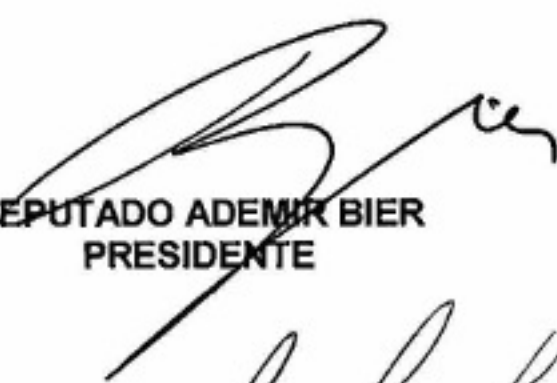


No que tange a Lei Complementar Federal nº 101/00, devemos observar que a matéria não apresente qualquer impedimento.


Sendo assim, não encontramos nada que possa obstaculizar a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

É o parecer.

Sala das Comissões, 24/10/12



DEPUTADO ADEMIR BIER
PRESIDENTE



DEPUTADO FRANCISCO BUHRER
RELATOR



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

DL

Projeto de Lei nº

475/12

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 10 SET 2012

1º Secretário

Súmula: Institui no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná, o prato "Frango na Telha" do Município de Umuarama, ser celebrado no 1º domingo do mês de novembro.

Art. 1º - Fica instituído no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná, o prato "Frango na Telha" do Município de Umuarama, ser celebrado no 1º domingo do mês de novembro.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 10 de setembro de 2012.

FERNANDO SCANAVACA
Deputado Estadual - PDT

NELSON GARCIA
Deputado Estadual - PSDB




JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei tem por objetivo inserir no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná, o prato "Frango na Telha" do Município de Umuarama, ser celebrado no 1º domingo do mês de novembro.

Trata-se de festa tradicional realizada anualmente e que mobiliza toda a comunidade, despertando o interesse das pessoas e do empresariado local e regional, além de servir como atrativo para o turismo gastronômico paranaense e nacional. Neste ano haverá a 13ª Edição do "Frango na Telha", que é o prato típico servido na cidade de Umuarama.

A realização deste evento, todos os anos, mobiliza a comunidade local envolvendo importantes entidades e órgãos públicos com ampla repercussão na imprensa local e regional.



FERNANDO SCANAVACA
Deputado Estadual – PDT



NELSON GARCIA
Deputado Estadual – PSDB



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI 475/12

Projeto de Lei nº 475/2012

Autor: Deputado Estadual Fernando Scanavaca

Súmula: Institui no Calendário Oficial de eventos do Estado do Paraná o prato "Frango na Telha" do Município de Umuarama, a ser celebrado no 1º domingo do mês de novembro.

EMENTA: INSTITUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO ESTADO DO PARANÁ O PRATO "FRANGO NA TELHA" DO MUNICÍPIO DE UMUARAMA, A SER CELEBRADO NO 1º DOMINGO DO MÊS DE NOVEMBRO. INICIATIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, ART. 65 DA CF ESTADUAL E ART. 124 DO REGIMENTO INTERNO DA ALEP. ARTS 215, § 1º, E 216, § 3º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ARTS 12, V E 13, IX, DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. APROVAÇÃO. CONSTITUCIONALIDADE. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Fernando Scanavaca, possui como objetivo, instituir no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná, o prato "Frango na Telha", do Município de Umuarama, a ser celebrado no 1º domingo do mês de novembro.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, A, I do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A - Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Corroborando com tal entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, senão vejamos:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso)



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Destarte, o artigo 124 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná dispõe que a iniciativa dos projetos de lei caberá a qualquer membro da Assembléia:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo nosso)

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

A CONSTITUIÇÃO FEDERAL dispõe em seu artigo 215, § 1º, que o Estado protegerá as manifestações das culturas populares. No mesmo sentido, o artigo 216, § 3º, do mesmo diploma legal aponta que a lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais, conforme abaixo se denota:

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

§ 1º - O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

§ 3º - A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais.

Nesse aspecto, o mestre Alexandre de Moraes nos ensina que:
"A própria Constituição Federal já define o conteúdo do patrimônio cultural brasileiro como os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira; estabelece a obrigatoriedade do poder público, com a colaboração da comunidade, de promover e proteger o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas¹".

¹ DE MORAES, Alexandre. *Direito Constitucional*. Ed. Atlas: São Paulo, 2007. 22ª. ed. pg 808.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

O artigo 12, V, da CONSTITUIÇÃO ESTADUAL, estabelece em sua redação o acesso à cultura, à educação e à ciência, bem como em seu artigo 13, IX estabelece que compete ao Estado, concorrentemente com a União, legislar sobre a cultura, senão vejamos:

Art. 12. É competência do Estado, em comum com a União e os Municípios:

V - proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência;

Art.13. Compete ao Estado, concorrentemente com a União, legislar sobre:

IX - educação, cultura, ensino e desportos;

Desta forma, considerando-se que a matéria abordada no presente projeto não se enquadra no rol de competência privativa atribuída ao Chefe do Poder Executivo Estadual, não há que se falar em vício formal de procedimento alusivo a sua iniciativa. Outrossim, vislumbra-se que o projeto de lei encontra-se em consonância aos ditames constitucionais, não estando previamente inserido no Calendário Oficial do Estado do Paraná.

Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela Lei Complementar n°. 95 de 1998, a qual dispõe sobre a elaboração, redação, alteração, consolidação das leis e estabelecimento das normas para a consolidação dos atos normativos.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

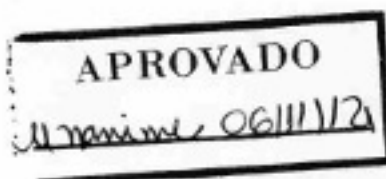
CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 09 de outubro de 2012.

Deputado **NELSON JUSTUS**
Presidente

Deputado **TADEU VENERI**
Relator



PROJETO DE LEI Nº 497/12

Súmula: Cria a Comissão Estadual da Verdade no âmbito do Estado do Paraná.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica criada a Comissão Estadual da Verdade do Estado do Paraná no âmbito da Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos – SEJU.

Art. 2º. A Comissão Estadual da Verdade do Estado do Paraná tem como finalidade examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos praticados no Estado do Paraná no período de 18 de setembro de 1946 a 05 de outubro de 1988 e contribuir com a Comissão Nacional da Verdade na consecução de seus objetivos previstos no artigo 3º da Lei Federal nº 12.528, de 18 de novembro de 2011.

Art. 3º. A Comissão Estadual da Verdade do Estado do Paraná será composta por 07 (sete) membros de notório saber com atuação na área de Direitos Humanos, indicados e designados pelo Governador do Estado do Paraná, sendo 01 (um) destes, obrigatoriamente, pertencente ou indicado pelo Fórum Paranaense de Resgate da Verdade, Memória e Justiça.

§ 1º. Não poderão integrar a Comissão Estadual da Verdade do Estado do Paraná aqueles que:

- I – exerçam cargos executivos em agremiação partidária;
- II – não tenham condições de atuar com imparcialidade no exercício das competências da Comissão Estadual da Verdade;
- III – estejam no exercício de cargo em comissão ou função de confiança em qualquer esfera do Poder Público.

§ 2º. A participação na Comissão Estadual da Verdade no Estado do Paraná será considerada de serviço público relevante e honorífico pela concretização do Estado Democrático de Direitos e promoção dos Direitos Humanos.

Art. 4º. Os membros serão designados para mandato com duração até o término dos trabalhos da Comissão Estadual da Verdade do Estado do Paraná, a qual será considerada extinta após a publicação do relatório circunstanciado pela Comissão Nacional da Verdade, nos termos do artigo 11 da Lei Federal nº 12.528, de 18 de novembro de 2011.

Parágrafo único. A extinção da Comissão Estadual da Verdade do Estado do Paraná prevista no caput deste artigo poderá, excepcionalmente, ser suspensa pelo prazo de 01 (um) ano, mediante justificativa da Comissão Estadual da Verdade do Estado do Paraná.

Art. 5º. A Comissão Estadual da Verdade do Estado do Paraná deverá atender as solicitações da Comissão Nacional da Verdade e prestar todos os subsídios necessários para o exame e esclarecimento das graves violações de direitos humanos praticadas no período de 18 de setembro de 1946 a 05 de outubro de 1988.

Art. 6º. A Comissão Estadual da Verdade do Estado do Paraná, com a finalidade de exercer suas competências, descritas no artigo 2º desta Lei, poderá:

I – receber testemunhos, informações, dados e documentos que lhe forem encaminhados voluntariamente, assegurada a não identificação do detentor ou depoente, quando solicitada;

II – requisitar informações, dados e documentos de órgãos e entidades do poder público, ainda que classificados em qualquer grau de sigilo;

III – convocar, para entrevistas ou testemunho, pessoas que possam guardar qualquer relação com os fatos e circunstâncias examinados;

IV – determinar a realização de perícias e diligências para coleta ou recuperação de informações documentos e dados;

V – promover audiências públicas;

VI – requisitar proteção aos órgãos públicos para qualquer pessoa que se encontre em situação de ameaça em razão de sua colaboração com a Comissão Nacional da Verdade;

VII – promover parcerias com órgãos e entidades, públicos ou privados, nacionais ou internacionais, para o intercâmbio de informações, dados e documentos; e

VIII – requisitar o auxílio de entidades e órgãos públicos.

§ 1º. As requisições previstas nos incisos II, VI e VIII serão realizadas

diretamente aos órgãos e entidades do poder público.

§ 2º. A Comissão Estadual da Verdade poderá requerer ao Poder Judiciário acesso a informações, dados e documentos públicos ou privados necessários para o desempenho de suas atividades.

Art. 7º. Todas as informações coletadas pela Comissão Estadual da Verdade do Estado do Paraná deverão ser encaminhadas à Comissão Nacional da Verdade.

Art. 8º. As requisições da Comissão Estadual da Verdade do Estado do Paraná deverão ser atendidas, com urgência, por todos os órgãos da Administração Pública Direta e Indireta.

Art. 9º. A Comissão Estadual da Verdade do Estado do Paraná atuará de forma articulada e integrada com os órgãos públicos, instituições e movimentos sociais, e especialmente com:

I – Ministério Público Federal;

II – Ministério Público do Estado do Paraná;

III – Ordem dos Advogados do Brasil, seccional do Paraná;

IV – Fórum Paranaense de Resgate da Verdade, Memória e Justiça;

V – Arquivo Público Nacional e do Estado do Paraná;

VI – Comissão de Anistia, criada pela Lei Federal nº 10.559, de 13 de novembro de 2002;

VII – Universidades sediadas no Estado do Paraná;

VIII – Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, criada pela Lei Federal nº 9.140, de 04 de dezembro de 1995;

IX – Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná;

X – Grupo Tortura Nunca Mais – Paraná.


XI – Observatório para Resgate da Verdade, Memória e Justiça da Universidade Federal do Paraná.

Art. 10. As atividades da Comissão Estadual da Verdade do Estado do Paraná não terão caráter jurisdicional ou persecutório.

Art. 11. A Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos prestará todo apoio administrativo a Comissão Estadual da Verdade do Estado do Paraná para o exercício de suas atribuições, inclusive com a disponibilização de estagiários.

Art. 12. A presente Lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 21 de setembro de 2012.



CARLOS ALBERTO RICHIA
GOVERNADOR DO ESTADO



MENSAGEM
Nº 061 /2012

Curitiba, 21 de setembro de 2012

I - À DAP para leitura no expediente
II - À DL para providências.

Em 24/09/2012

Senhor Presidente,

Presidente

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa Anteprojeto de Lei que objetiva criar a Comissão Estadual da Verdade no âmbito do Estado do Paraná.

O Governo Federal criou, no âmbito da Casa Civil da Presidência da República, a Comissão Nacional da Verdade pela Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011, com a finalidade de examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos praticados no período de 18 de setembro de 1946 a 05 de outubro de 1988, a fim de efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional.

A Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, atendendo à demanda da sociedade civil pelo esclarecimento das violações de direitos humanos durante o período supracitado; com o apoio do Fórum Paranaense de Resgate da Verdade, Memória e Justiça; e, especialmente, da Universidade Federal do Paraná, elaborou o ora proposto Anteprojeto de Lei para criação da Comissão Estadual da Verdade do Estado do Paraná.

A Comissão Estadual da Verdade do Estado do Paraná terá a finalidade de examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos praticados no Estado do Paraná durante o já citado período e contribuir com a Comissão Nacional da Verdade na consecução de seus objetivos no âmbito estadual.

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL

AJB/Prot. 11.540.046-0

Destaque-se que o Departamento de Direitos Humanos e Cidadania da Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos prestará todo apoio administrativo às atividades da Comissão Estadual da Verdade do Estado do Paraná e que estas não terão caráter jurisdicional ou persecutório, visando apenas apresentar a verdade sobre os fatos.

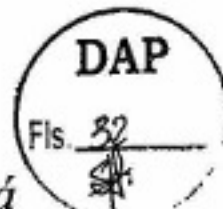
Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.



CARLOS ALBERTO RICHA
GOVERNADOR DO ESTADO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 497/12

Projeto de Lei nº. 497/12

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 061/12

Súmula: Cria a Comissão estadual da Verdade no âmbito do Estado do Paraná.

EMENTA: CRIA A COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE COM O OBJETIVO DE CONTRIBUIR COM A COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. COMISSÃO SEM CARÁTER JURISDICIONAL OU PERSECUTÓRIO. MERA REVISÃO PARA ESCLARECIMENTOS. COMISSÃO A SER COMPOSTA POR 07 MEMBROS SEM REMUNERAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE AUMENTO DE DESPESAS. POSSIBILIDADE. ART. 65 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. ART. 8º DOS ATOS DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

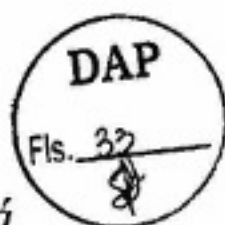
PREÂMBULO

O Projeto de Lei de autoria do Poder Executivo tem como objetivo criar, no âmbito da Secretaria de Estado da Justiça, a Comissão Estadual da Verdade do Estado do Paraná.

Referida Comissão terá a finalidade de "examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos praticados no Estado do Paraná no período de 18 de setembro de 1946 a 05 de outubro de 1988 e contribuir com a Comissão Nacional da Verdade na consecução de seus objetivos previstos no artigo 3º da Lei Federal nº 12.528, de 18 de novembro de 2011" (art. 2º, do PL).



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

Compete à esta Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A do Regimento Interno, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

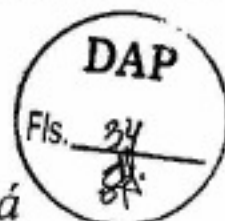
O presente projeto é apresentado pelo Governador do Estado, em conformidade ao art. 65 da Constituição Estadual:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Pois bem, o presente projeto faz referência à Lei Federal 12.528/2011, que criou a Comissão Nacional da Verdade (no âmbito da Casa Civil da Presidência da República), sendo que sua finalidade principal é contribuir com aquela Comissão (de nível Nacional).



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Desta forma, e observando o art. 3º da Lei Federal, verifica-se que a Comissão Estadual da Verdade terá por fim promover o esclarecimento circunstanciado de casos de torturas, mortes, desaparecimentos forçados, ocultação de cadáveres entre outros casos, previstos na supra citada Lei.

A Comissão Estadual da Verdade será composta por 07 (sete) membros indicados e designados pelo Governador do Estado, estipulado que não poderão integrar a Comissão Estadual da Verdade aqueles que: "exerçam cargos executivos em agremiação partidária;", "não tenham condições de atuar com imparcialidade no exercício das competências da Comissão Estadual da Verdade;" ou "estejam no exercício de cargo em comissão ou função de confiança em qualquer esfera do Poder Público.", sendo que o projeto não estipula remuneração para referido cargo.

Sobre a Comissão da Verdade, cabe fazer menção ao afirmado pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira, quando relatou o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 88, de 2011 que criava a Comissão Nacional da Verdade:

"Incorre em grave equívoco quem acredita que a Comissão da Verdade pronunciará a última palavra sobre os fatos averiguados. Seria vã qualquer tentativa de impor uma espécie de verdade oficial a uma sociedade aberta, pluralista, ávida por transparência. Ela contribuirá, se for bem sucedida, para fornecer aos



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



cidadãos o máximo de informações para que eles formem seu próprio juízo, a verdade de cada um.

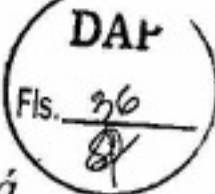
Por outro lado, não se pretende, obviamente, com o objetivo de reconciliação nacional, que algozes e vítimas lancem-se nos braços uns dos outros em efusões fraternais. A reconciliação de que se cuida, situa-se na esfera pública. O que se quer é contribuir para a proliferação de anticorpos contra qualquer tentação autoritária, venha ela de onde vier. Por isso é que, ademais de "promover o esclarecimento circunstanciado de casos de torturas, mortes, desaparecimentos forçados e ocultação de cadáveres e sua autoria" (art. 3º, I e II, do PLC nº 88, de 2011), a Comissão buscará desvendar os mecanismos internos, as engrenagens da máquina do terror estatal e suas diversas conexões com aparelhos de Estado e instituições da sociedade (art. 3º, III, do PLC nº 88, de 2011)."

Pondera-se o contido no Art. 10 do Projeto de Lei ora analisado, "As atividades da Comissão Estadual da Verdade do Estado do Paraná não terão caráter jurisdicional ou persecutório", ou seja, não existe é o direito à perseguição penal, sendo que seu objetivo é apenas não deixar que casos mencionados que tenham efetivamente ocorrido caiam no esquecimento.

Ademais, tendo em vista que não haverá remuneração para os membros da Comissão, não haverá aumento de despesa, estando a presente lei em acordo à Lei Complementar 101/2000.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

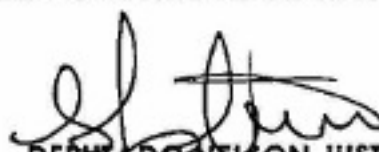
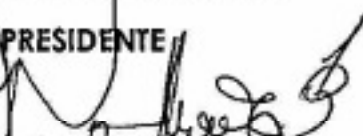


Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.


Sala das Comissões, 23 de outubro de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

DEPUTADO NEREU MOURA
RELATOR








APROVADO
Unanim 23.10.12




COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA – CDHC

PROJETO DE LEI 497/2012

AUTOR: PODER EXECUTIVO

RELATOR: DEPUTADO TADEU VENERI

Súmula: MENSAGEM 061/2012 – Cria a Comissão Estadual da Verdade

Ementa: COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE. RESGATE INFORMAÇÕES HISTÓRICAS PERÍODO 18.09.46 a 05.10.88. ADEQUAÇÃO PROMOÇÃO DIREITOS HUMANOS ESTADO PARANÁ. APROVAÇÃO.

Síntese da Tramitação

O Projeto de Lei foi protocolado em 08 de outubro de 2012 pelo Excelentíssimo Governador do Estado do Paraná, e encaminhado para a Comissão de Constituição e Justiça em 09 de outubro de 2012.

Em 23 de outubro de 2012, recebeu parecer favorável por unanimidade da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) desta Casa.

Em 25 de outubro de 2012 foi recebido nesta Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania.



Fundamentação:

A mensagem governamental de criação da Comissão Estadual da Verdade do Estado do Paraná vinculada à Secretaria de Estado da **Justiça, Cidadania e Direitos Humanos (SEJU)** vem ao encontro das disposições instituídas pela Lei Federal 12.528/2011 que criou a Comissão Nacional da Verdade (art. 1º)

A Mensagem do Poder Executivo dispõe que a Comissão Estadual possui como finalidade examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos praticados no Estado do Paraná no **período de 18 de setembro de 1946 a 05 de outubro de 1988**, e contribuir com a Comissão Nacional da Verdade na consecução dos seus objetivos (art. 2º).

Em relação à competência desta Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania, o Regimento Interno da Assembleia Legislativa define que:

Art. 33-U Compete à Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania manifesta-se sobre toda e qualquer proposição que tenha como objeto a criação, modificação, extinção ou regulamentação de direitos, individuais e coletivos relativos à pessoa humana e à cidadania, especialmente os instituídos pelo art. 5º da Constituição Federal; bem como sobre as proposições relativas ao resguardo, criação ou extinção de órgãos do Estado que atendam ou defendam os direitos humanos.

A Mensagem executiva traz inegável inovação às instituições de promoção dos direitos humanos no Estado do Paraná, na medida em que contribuirá para elucidar a verdade histórica dos fatos ocorridos



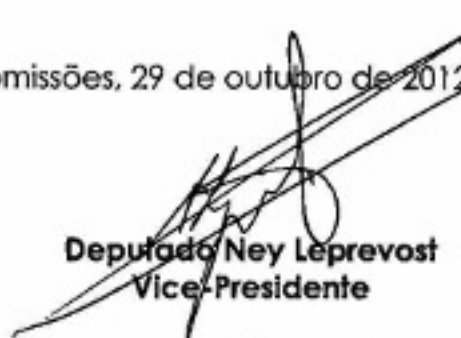
durante o período que será objeto do trabalho, levantar informações, documentos, testemunhos, etc, tudo conforme previsto no art. 6º da proposição.


A democracia paranaense certamente será fortalecida, para que todas as gerações, presentes e futuras, tenham conhecimento da realidade dos fatos e exerçam seu livre arbítrio com informações precisas e soberanas, sem as sombras e cortinas que a referida Comissão Estadual da Verdade, associada à Comissão Nacional da Verdade têm a condição de afastar.

Para tanto, ressalte-se o fundamental papel que tem sido exercido pelas instituições da sociedade civil, que inclusive integram a Comissão Estadual, conforme composição descrita no artigo 3º da proposição, e que compõe a rede de articulação pela verdade e justiça em todo o Estado do Paraná, conforme descrição do artigo 9º do projeto de lei.

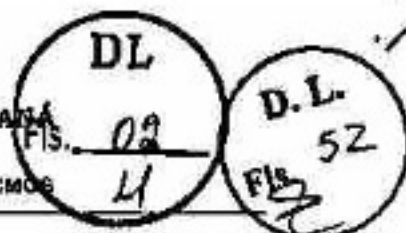
Desta forma, opina-se pela aprovação do Projeto de Lei n. 497/2012 pela Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania, para sua continuidade e regular tramitação nesta Casa de Leis.

Sala das Comissões, 29 de outubro de 2012.


Deputado Ney Leprevost
Vice-Presidente


Deputado Tadeu Veneri
Relator



EXCELENTÍSSIMO SENHOR DEPUTADO VALDIR ROSSONI - DIGNÍSSIMO
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

DESPACHO
ENCAMINHE-SE À DEPARA VERIFICAR
REQUISITOS.
DATA: 21 MAR 2012

PRESIDENTE:

RECURSO AO PLENÁRIO N° 004/12

Projeto de Lei nº: 727/2011
Autoria: Dep. Prof. Lemos

*Autoria: Dep. Prof. Lemos
Relembro para informação
Maurício Borges
Assessor Legislativo*

EMENTA: PROÍBE O TRATAMENTO
DISCRIMINATÓRIO ÀS GESTANTES QUE
PARTICIPAM DE CONCURSOS PÚBLICOS DE
PROVAS OU DE PROVAS E TÍTULOS NO ÂMBITO DA
ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO ESTADO
DO PARANÁ.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e com fulcro no § 18 do artigo 51 e 33-A, § 3º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, inconformado com a rejeição ao Projeto de Lei em epígrafe, no âmbito da CCJ - Comissão de Constituição e Justiça, vem, respeitosamente perante Vossa Excelência, tempestivamente, interpor **RECURSO AO PLENÁRIO**, pelas razões fáticas e jurídicas adiante delineadas, requerendo, seja o mesmo recebido e submetido ao Plenário para deliberação na forma regimental.

Termos em que,
Pede deferimento.

Sala das Sessões, em 27 de março de 2012.

Professor Lemos
PROFESSOR LEMOS
Deputado Estadual

17121 21/03/2012 09:16:20 DE ASSUNTO: RECURSO AO PLENÁRIO



1 - RAZÕES DO RECURSO

O presente Projeto visa proibir o tratamento discriminatório que vem sendo dispensado às gestantes que participam de concursos públicos de provas ou de provas e títulos no âmbito da administração direta e indireta do Estado do Paraná, quando dos processos seletivos em que haja necessidade do exame de capacitação física e que por ocasião da gravidez, gera o desligamento e a exclusão da candidata em estado grávidico. Razão pela qual, tem por escopo, evitar esse desligamento e consequente exclusão da candidata que comprove sua gravidez quando desses processos seletivos, haja vista, o estado em que se encontra naquele momento, porém, sendo compelida a submeter-se aos mesmos testes físicos que os demais candidatos em situações normais de saúde, o que poderá acarretar sérios riscos não só a gestante, mas à vida do nascituro.

A proposição não viola nenhum preceito legal, tão pouco, o Princípio da Isonomia, diferentemente, assegura direitos sociais garantidos no artigo 6º da Carta Magna, Lei Maior, Lei das Leis, como será demonstrado no transcorrer deste.

Previamente analisado pela Comissão de Constituição e Justiça sob os aspectos da Legalidade e Constitucionalidade, esta OPINOU pela sua não aprovação, apontando vício de iniciativa.

Em definitivo, através do Relator Deputado Alexandre Curi, após análise sob os aspectos da Constitucionalidade e Legalidade, igualmente, OPINOU pela não aprovação, argumentando, da mesma forma, vício de iniciativa, acrescentando que uma vez aprovado acabará por *abrir precedentes* propiciando aos partícipes que por ventura estejam incapacitados temporariamente, um tratamento igualitário, cujo Parecer submetido à votação, foi pela sua aprovação, rejeitando-se, portanto o referido Projeto.



Interposto Recurso à referida Comissão (CCJ), designou-se novo Relator na pessoa do deputado TADEU VENERI, o qual apresentou VOTO EM SEPARADO OPINANDO PELA CONSTITUCIONALIDADE do Projeto com base no artigo 6º da Constituição Federal, dentre outros.

Na sessão de 06/03/2012, concedeu-se Vista ao Deputado Ademar Traiano o qual apresentou Voto em Separado e contrário ao parecer do novo Relator, opinando pela Rejeição do Projeto.

Em Sessão da CCJ, submetido à votação em data de 20/03/2012, o Parecer Favorável do novo Relator, Deputado Tadeu Veneri, tomou-se voto vencido, mantendo-se, portanto, o Parecer do Relator originário pela Rejeição do Projeto, o que motivou este Parlamentar a Recorrer da Decisão daquela Comissão de Constituição e Justiça e interpor o presente Recurso junto ao Plenário desta Casa de Leis, o que o faz pelas seguintes razões de direito.

II - FUNDAMENTAÇÃO

O presente Projeto de Lei tem por *objetivo* evitar o desligamento e a exclusão da candidata que comprove sua gravidez quando dos processos seletivos em que haja exame de capacitação física, haja vista, o estado gravídico em que se encontra precisamente naquele momento, evitando assim, a ocorrência de riscos ao nascituro.

Em Editais de Concursos Públicos da Administração Direta e Indireta do Estado do Paraná compostos por exames de capacitação física, é comum existir a previsão do desligamento do processo de seleção para candidatas que apresentam o estado de gravidez durante a realização do certame.



Destarte, a proposição em debate pretende *preservar a saúde* tanto da gestante, quanto do nascituro, *quicá, até a vida* de ambos, ao mesmo tempo, impedir o desligamento de candidatas em função da impossibilidade momentânea causada pela condição gravídica de participarem de exames de capacitação física.

Ora, estamos tratando de uma garantia fundamental de cunho constitucional prevista em seu artigo 5º, qual seja, a vida, a qual se estará colocando em risco, repita-se, tanto da mãe quanto de seu filho que ainda não nasceu, quando por uma imposição, é obrigada a submeter-se aos mesmos tratamentos físicos a que se propõem outros candidatos em perfeitas condições físicas.

A gestante (Mãe ou futura Mãe) no estado delicado em que se encontra, ao ter de enfrentar exames de capacitação física para evitar o seu desligamento do processo de seleção para candidatas que apresentam o estado de gravidez durante a realização do certame, estará se submetendo a uma espécie de *tortura*, bem como, a *tratamento desumano ou degradante*, o que é vedado pela Constituição da República em seu artigo 5º, inciso III, *ex vi*:

Art. 5º. Todos são iguais perante a Lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

I - (...);

III - ninguém será submetido à tortura nem a tratamento desumano ou degradante. (destaque).

1. QUANTO À INICIATIVA DO PRESENTE PROJETO:

Ao examiná-lo, percebe-se que a presente proposição está em consonância com as atribuições do Legislativo insertas no Regimento Interno desta ALEP, na Constituição Estadual e na Carta Magna, senão vejamos:



1.1 - No Regimento Interno:

A referida prerrogativa e competência necessária para apresentar o Projeto de Lei ora em tela, *salvo melhor entendimento*, está disposta no artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, aos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

1.2 - Na Constituição Estadual:

A Constituição do Estado do Paraná garante aos membros da Assembleia Legislativa a competência para *dispor sobre todas as matérias* de competência do Estado, *inclusive*, no que diz respeito ao assunto ora em debate, bem como, no tocante à iniciativa, conforme preceito *in verbis*:

Art. 53. Cabe à Assembleia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no art. 54, dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, especificamente:

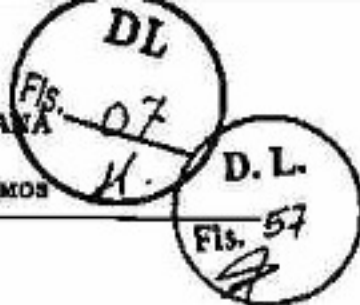
V - Planos e Programas Estaduais, regionais e setoriais de desenvolvimento; (grifamos).

X - criação, estruturação e definição de atribuições das Secretarias de Estado. (grifo nosso).

XVI - matéria decorrente de competência comum prevista no artigo 23 da Constituição Federal;

XVII - matéria de legislação concorrente da Constituição Federal

art. 55 - a iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta constituição. (grifamos).



1.3 – Na Constituição Federal:

A Constituição da República atribuiu ao Poder Legislativo a competência para legislar sobre as matérias decorrentes da competência comum e concorrente, previstas nos seus art. 23 e 24, respectivamente, dentre as quais, questões atinentes a proteção e defesa da saúde, infância e juventude, senão vejamos:

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:
(...)

II – cuidar da saúde e assistência pública (...); (grifo nosso);

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

XII – previdência social, proteção e defesa da saúde;
(grifamos);

XV – proteção à infância e a juventude. (doatague);

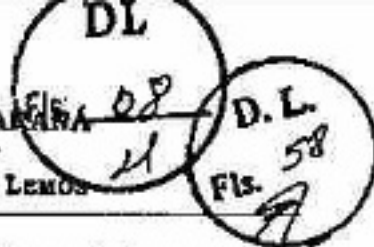
Sendo assim, dos dispositivos supra, abstrai-se que são permissivos que legitimam a apresentação do presente Projeto de Lei.

2. QUANTO À ALEGAÇÃO DE INFRINGÊNCIA A DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS:

O r. Parecer do Relator, consubstanciado no Parecer da Procuradoria Geral do Estado, embasou-se nos seguintes dispositivos:

2.1 – Forú o artigo 37, V da CF/88:

O artigo 37 dispõe acerca dos Princípios da Administração Pública a serem observados. No Referido Projeto não se vislumbra nenhuma afronta a tais princípios, em cujo inciso V, dispõe:



V - as funções de confiança exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo e os cargos em comissão a serem preenchidos por servidores de carreira, nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

Equívocou-se na fundamentação retro, tanto o Relator, quanto a Procuradoria Geral do Estado, porque *a proposição em debate*, salvo melhor entendimento, não entra no mérito do inciso apontado (V), mas *apenas objetiva* evitar o desligamento e a exclusão da candidata que comprove sua gravidez quando dos processos seletivos em que haja exame de capacitação física, em razão do estado gravídico em que se encontra naquele momento.

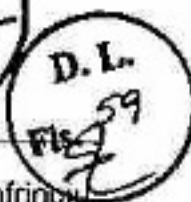
2.2 - Feriu os artigos 7º, 66, 87 VI e 163 da CE/PR:

Referente ao artigo 7º, numa análise sucinta, percebe-se que nenhuma infringência houve ao Princípio da Separação dos Poderes. A Proposição Legislativa não feriu o artigo 7º da Constituição Estadual, pois, está amparada através de uma autorização normativa que possibilita a interferência Parlamentar também na questão combatida. O dispositivo Constitucional Estadual abaixo é claro ao explicitar a *possibilidade de intervenção em todas as matérias, ex vi*, do artigo 53, bem como, corroborando, o artigo 65 da Carta Estadual:

Art. 53. Cabe à Assembleia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no art. 54, *dispor sobre todas as matérias de competência do Estado.* (destaque).

Art. 65 - A iniciativa de Leis Complementares e Ordinárias cabe a qualquer Membro ou Comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador Geral de Justiça e aos Cidadãos, na forma e nos casos previstos na Constituição Estadual.

Sendo assim, foi exatamente o que se fez através da apresentação do referido Projeto de Lei, pois o autor, ora recorrente, usou de suas prerrogativas ali inseridas.



Concemente ao artigo 66 supra, tal matéria também não lhe infringiu, ao contrário, encontra-se amparada neste, isto porque, tal dispositivo elenca o rol de proposições de Iniciativas exclusivas do Governador, cujo objeto da proposta em debate, ali não se insere, tão pouco, nos elencados no artigo 87 do mesmo Estatuto, vejamos:

Art. 66. Ressalvados o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado, as leis que disponham sobre:

- I - a criação de cargos, função ou empregos públicos na Administração direta e autárquica do Poder Executivo ou aumento de sua remuneração;
- II - servidores públicos do poder executivo, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria, reforma e transferência de policiais para a reserva;
- III - organização da Defensoria Pública do Estado e das Polícias Civil e Militar;
- IV - criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e Órgãos da Administração Pública.

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:

- I - representar o Estado nas suas relações jurídicas, políticas e administrativas;
- II - nomear e exonerar os Secretários de Estado;
- III - exercer, com o auxílio dos Secretários de Estado, a direção superior da Administração estadual;
- IV - iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Constituição;
- V - sancionar, promulgar e fazer publicar as leis e expedir decretos e regulamentos para a sua fiel execução;
- VI - dispor sobre a organização e funcionamento da Administração estadual, na forma da lei; (destaque).
- VII - vetar projeto de lei, total ou parcialmente;
- VIII - solicitar a intervenção Federal no Estado, nos termos da Constituição Federal;
- IX - decretar e fazer executar a intervenção estadual nos Municípios, na forma desta Constituição;
- X - remeter mensagem e plano de governo à Assembleia Legislativa, expondo a situação do Estado;
- XI - Prestar contas anualmente à Assembleia Legislativa, dentro de 60 (sessenta) dias após a abertura da Sessão Legislativa, relativamente ao ano anterior;
- XII - prestar informações solicitadas pelos Poderes Legislativo e Judiciário, nos casos e prazos fixados em Lei;
- XIII - nomear agentes públicos, nos termos estabelecidos nesta Constituição;
- XIV - enviar à Assembleia Legislativa o Plano Plurianual, o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias e as Propostas de Orçamento, previstos nesta Constituição;



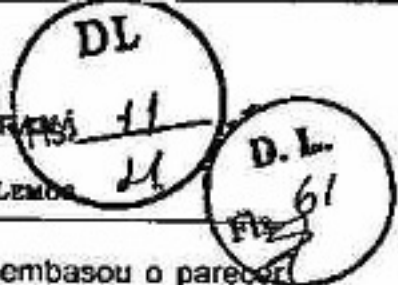
- XV - (Adm 2.208 - STF);
- XVI - prover e extinguir cargos públicos estaduais, na forma da lei e com as restrições previstas nesta Constituição;
- XVII - (Adm 2.208-STF);
- XVIII - celebrar ou autorizar convênios ou acordos com entidades públicas ou particulares, na forma desta Constituição;
- XIX - realizar as operações de crédito previamente autorizadas pela Assembleia;
- XX - mediante autorização da Assembleia Legislativa, subscrever ou adquirir ações, realizar ou aumentar capital, desde quem, haja recursos hábeis, de sociedade de economia mista ou de empresas públicas, bem como, dispor, a qualquer título, no todo ou em parte, de ações ou capital que tenha subscrito, adquirido, realizado ou aumentado.

Ora, a proposição defendida, em momento algum tem o condão de dispor sobre a organização e funcionamento da Administração Estadual, apenas visa garantir direitos sociais insertos no artigo 6º do Estatuto Magno, dispositivo desrespeitado pelo Estado do Paraná baseado em meros Editais e que, salvo engano, se sobrepõe, inclusive, a texto Constitucional, quando impede a participação de gestantes em concursos públicos de provas ou de provas e títulos no âmbito da administração direta e indireta do Estado do Paraná, quando dos processos seletivos em que haja necessidade do exame de capacitação física e que por ocasião da gravidez gera o desligamento e a exclusão da candidata.

No concernente ao artigo 183 da CE/PR, descabida a argumentação como fundamento reprovatório ao Projeto em combate, porque seu conteúdo em nenhum momento trata de questão atinente à Educação. Equívocou-se o r. Relator em sua fundamentação.

2.3. Que o presente projeto ao invés de propiciar e garantir à administração pública a participação de forma igualitária com preservação da dignidade da pessoa humana, acabará por abrir precedentes propiciando aos partícipes que por ventura estejam incapacitados temporariamente, um tratamento igualitário:

Com todo o respeito, *equivocado o Parecer*, pois, além de não reportar-se à legalidade e constitucionalidade da matéria, adentrou no mérito, o que foge de sua competência, mas cujo argumento foi discriminatório e preconceituoso.



Exatamente contrário à argumentação supra que embasou o parecer reprovatório do Relator originário é o objetivo da Proposta em confronto, pois *tal ação Governamental em assim continuando*, qual seja, obrigando a gestante a submeter-se aos mesmos tratamentos físicos a que se propõem outros candidatos em perfeitas condições de saúde e físicas com a finalidade de apenas dessa forma evitar o seu desligamento do processo de seleção para candidatas que apresentam o estado de gravidez durante a realização do certame, *é que se constitui em afronta e afronta direta à dignidade da pessoa humana*, fundamento da República brasileira previsto no Inciso III do artigo 1º da Carta Magna, r.citado.

Importante ressaltar, que a gestante (Mãe ou futura Mãe) no estado delicado em que se encontra, ao ter de enfrentar exames de capacitação física para evitar o seu desligamento do processo de seleção para candidatas que apresentam o estado de gravidez durante a realização do certame, estará se submetendo a uma espécie de tortura, bem como, a tratamento desumano ou degradante, o que é vedado pela Constituição da República em seu artigo 5º, Inciso III, já delineado.

Ademais, da forma apresentada, *a proposição não viola o Princípio da Isonomia, diferentemente, garante direitos sociais inseridos no artigo 6º do Estatuto Magno*, qual seja: a saúde, o direito ao trabalho, a maternidade e infância, no caso em tela, da gestante e do nascituro.

Não é razoável a respeito da alegada incompatibilidade com os testes físicos específicos realizados durante a seleção e a condição de gestante, que se prive da plena realização da pessoa, enquanto indivíduo inserido na sociedade a qual elegeu o valor social do trabalho, um de seus fundamentos (CF, art. 1º, inciso IV) de modo a ensejar sua exclusão do mercado de trabalho.

Ainda, *não prospera a alegação* de que "acabará por abrir precedentes propiciando aos partícipes que por ventura estejam incapacitados temporariamente, um tratamento igualitário".



Acerca do Princípio da Igualdade invocado pela Douta Procuradoria

Geral do Estado e que embasou o r. Parecer do Ilustre Relator Deputado Alexandre Curi e aceito pelos demais Membros da Comissão de Constituição e Justiça, posicionam-se de forma contrária os Professores Vicente Paulo e Marcelo Alexandrino em sua obra Direito Constitucional Descomplicado (5ª Ed. São Paulo: Método, 2011, pg.46), lecionando que:

"O Princípio Constitucional da Igualdade (art.5º, caput, e inciso I) determina que se dê tratamento igual aos que se encontrem em situação equivalente e que se trate de maneira desigual os desiguais na medida de suas desigualdades. Ele obriga tanto o Legislador quanto o Aplicador da Lei (Igualdade na Lei e Igualdade perante a Lei). De modo que o Princípio Constitucional da Igualdade não veda que a Lei estabeleça tratamento diferenciado entre pessoas que guardem distinções de grupo social, de sexo, profissão, de condição econômica ou de idade, entre outras; o que não se admite é que o parâmetro diferenciador seja arbitrário, desprovido de razoabilidade, ou deixe de atender alguma relevante razão de interesse público. Exemplificando, o Princípio da Igualdade não impede tratamento discriminatório em concurso público, desde que, haja razoabilidade para a discriminação". (grifamos).

Sendo assim, o *Princípio da Igualdade não deve ser recepcionado como fundamento no sentido de reprovar a presente proposição, mas acolhido no sentido de que a matéria pretendida não veda o tratamento discriminatório entre indivíduos quando há razoabilidade para a discriminação*, exatamente o que se tem na questão debatida, qual seja, de um lado, a candidata gestante e com suas fragilidades em razão do seu estado gravídico momentâneo, e de outro, pessoas candidatas em perfeitas condições físicas de se submeterem a quaisquer tipos de esforços físicos no teste de aptidão.

A presente proposição da forma apresentada, visa proteger a saúde tanto da futura Mãe (gestante) quanto de uma vida intrauterina e extrauterina (recém nascido) encontrando amparo, salvo melhor entendimento, no título I – dos Princípios Fundamentais, em seu artigo 3º, inciso IV e artigo 6º da Lei Maior, que trata dos Objetivos Fundamentais da República e Direitos Sociais, ex vi:



Art. 3º - Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I - (...);

IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outra forma de discriminação (...);

Art. 6º - São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta constituição.

Sendo assim, a presente Proposição Legislativa assegura o direito à vida, expresso no *caput* do art. 5º da Carta Magna, como sendo o mais elementar dos direitos fundamentais; *sem vida, nenhum outro direito pode ser fruído, ou sequer cogitado.*

De modo que, ao não se permitir que o Projeto de Lei em debate seja aprovado, estará possibilitando, em tese, *quicá, um provável aborto* sofrido pela Gestante quando do *enfrentamento forçado aos processos seletivos* em que haja exame de capacitação física, *em razão do estado gravídico e fragilidade física* em que se encontra naquele momento. Ora, a Constituição Federal protege a vida de forma geral, não só a extrauterina como também a intrauterina. Corolário da proteção que o Ordenamento Jurídico brasileiro concede à vida intrauterina é a proibição da prática do aborto, somente permitindo o aborto terapêutico, como meio de salvar a vida da gestante, ou o aborto humanitário, no caso de gravidez resultante de estupro (CP, art. 128).

Ainda, *corroborando com a argumentação em defesa da proposta até então rejeitada, demonstra-se que proposição similar a esta foi aprovada em outras Assembleias Legislativas*, dentre as quais, destaca-se a do Estado do Rio de Janeiro (PL nº 1.996/09 – aprovado em 1ª discussão em data de 14/09, de autoria da Deputada Inês Pandeló, cuja Súmula: “proíbe tratamento discriminatório a gestantes em concursos públicos impedindo o desligamento de candidatas em função da impossibilidade causada pela condição, de participarem de exames de capacitação física”. Publicada no DOERJ: 02/06/11, pg.11).



Portanto, diante dos dispositivos Constitucionais supramencionados, pode-se depreender, é perceptível que ao Legislativo incumbe a iniciativa da proposta, razão pela qual, *subentende-se a Constitucionalidade do presente Projeto*, não se vislumbrando nenhum vício de iniciativa.

Sendo assim, é cediço que a rejeição do Projeto de Lei em debate será prejudicial a esta Casa de Leis que reza pelo bem estar da coletividade e sem qualquer distinção, principalmente em se tratando de assuntos relacionados à direitos Constitucionais legítimos relacionados à saúde da Gestante. De Modo que, inviabilizar o trâmite de Projetos meritórios como este é agir em contrariedade ao interesse público, pelo que não se espera.

Por todo o exposto retro, requer seja o presente Recurso recebido e submetido ao Plenário para deliberação na forma regimental.

Sala das Sessões, em 27 de março de 2012.

PROFESSOR LEMOS
Deputado Estadual



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do Deputado Professor Lemos

D. L.

Is. 02

PROJETO DE LEI

Nº 727/11

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 06 SET. 2011

Pravati
1º Secretário

SÚMULA: Proíbe o tratamento discriminatório às gestantes que participam de concursos públicos de provas ou de provas e títulos no âmbito da administração direta e indireta do Estado do Paraná.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ DECRETA:

Artigo 1º - Fica proibido o tratamento discriminatório as gestantes participantes de concursos públicos de provas ou de provas e títulos no âmbito do Estado do Paraná.

Parágrafo Único- Nos processos seletivos em que haja exame de capacitação física não é permitido o desligamento e a exclusão da candidata que comprovar gravidez.

Artigo 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 06 de setembro de 2011

Prof. Lemos
PROF. LEMOS
Deputado Estadual

19:26 06/09/2011 006369 DPT ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do Deputado Professor Lemos

D. L.
s. 03

JUSTIFICATIVA

Em editais de concursos públicos realizados no âmbito da administração direta e indireta do Estado do Paraná compostos por exames de capacitação física é comum existir a previsão do desligamento do processo de seleção para candidatas que apresentam o estado de gravidez durante a realização do certame.

Tal disposição afronta diretamente a dignidade da pessoa humana, fundamento da república brasileira, previsto no inciso III do artigo 1º da Constituição Federal, além de violar também o princípio da isonomia, garantido constitucionalmente pelo artigo 5º, caput e inciso I.

Não é razoável, a despeito da alegada incompatibilidade com os testes físicos específicos realizados durante a seleção e a condição de gestante, que se prive da plena realização da pessoa enquanto indivíduo inserido na sociedade - a qual elegeu o valor social do trabalho um de seus fundamentos (CF, art. 1º, IV) - de modo a ensejar sua exclusão do mercado de trabalho.

A referida discriminação que se combate com a presente proposição revela uma concepção ultrapassada do papel da mulher na sociedade, abolida do ordenamento jurídico em vigor no país desde a promulgação da Constituição Federal de 1988. Isto é, parece que a mulher deve decidir entre ter filhos e trabalhar, uma vez que a realização de ambas as tarefas é posta como incompatível.

Além disso, falta a fundamentação necessária para demonstrar a suposta incompatibilidade da condição de gestante com os testes físicos específicos a serem exigidos durante o processo de seleção. Com base em quais dados e fatos se estabelece tal afirmação? Ainda assim, deveria ser buscado adequar a seleção dos concorrentes sem gerar nenhum tipo de tratamento prejudicial para gestantes, privando-as de direitos fundamentais tão caros a qualquer indivíduo.

Veron: 005/12



OF/CTL/CC nº 1575 /2012

Curitiba, 14 de agosto de 2012

PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 10 SET. 2012

1º Secretário

Senhor Presidente,

I - À DAP para leitura no expediente
II - À DL para providências.

Em,

Presidente

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 205/2012-DAP/SA, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, Inciso VII, combinado com o § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 303/2012, por considerá-lo Inconstitucional, pelos motivos a seguir expostos.

O Projeto de Lei nº 303/2012, de autoria parlamentar, busca instituir crédito presumido sobre o ICMS devido pelos estabelecimentos industriais nas saídas de produtos fabricados por eles próprios e desde que no mínimo 75% do custo da matéria-prima utilizada na produção decorra da aquisição de material reciclado de papel, papelão e plástico.

Conforme a justificativa apresentada pelo autor do Projeto de Lei nº 303/2012, a medida tem por objetivo manter no município de União da Vitória determinado setor industrial que cogitaria transferir-se para Santa Catarina, a fim de gozar de benefício fiscal equivalente ao ora proposto por essa Assembleia.

Em que pese o nobre intuito de proteger o setor produtivo paranaense, tenho que o Projeto em referência é inválido, por padecer de Inconstitucionalidade formal.

Com efeito, o Estado Brasileiro está compulsoriamente organizado sob a forma federativa, cuja característica básica é a descentralização político-administrativa, que vem a ser uma técnica utilizada pelo Constituinte originário sobretudo para conservar a pluralidade regional sem comprometer a unidade nacional.

Excelentíssimo Senhor
Deputado Valdir Rossoni
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL

ProL11.514.416-2

Seguindo esse espírito, o art. 155 da Constituição federal atribuiu aos Estados-membros a competência para instituir o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS. A par disso, no entanto, a Lei Maior estabeleceu uma série de medidas voltadas à homogenização normativa do tributo, a fim de dificultar a adoção de condutas que ponham em risco o pacto federativo, uma das cláusulas pétreas da Constituição, nos termos do art. 60, § 4º, Inciso I.

Não por outra causa, a Constituição exige a edição de lei complementar nacional para a disciplina dos aspectos básicos do ICMS, condicionando inclusive o deferimento de benefícios fiscais ao cumprimento dos termos de convênio a ser firmado por todos os Estados-membros. Vejamos:

Art. 155. Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre:

(...)

II - operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior;

(...)

§ 2.º O imposto previsto no Inciso II atenderá ao seguinte:

(...)

XII – cabe à lei complementar. (...)

g) regular a forma como, mediante deliberação dos Estados e do Distrito Federal, isenções, incentivos e benefícios fiscais serão concedidos e revogados.


Não é demais repetir: normas que ignorem essa sistemática não encontram guarida na Lei Maior, consoante a jurisprudência do Supremo:

ICMS: 'guerra fiscal': concessão unilateral de desoneração do tributo por um Estado federado, enquanto vigorem benefícios similares concedido por outros: liminar deferida. A orientação do Tribunal é particularmente severa na repressão à guerra fiscal entre as unidades federadas, mediante a

prodigalização de isenções e benefícios fiscais atinentes ao ICMS, com afronta da norma constitucional do art. 155, § 2º, XII, g; que submete sua concessão à decisão consensual dos Estados, na forma de lei complementar (ADIn 84-MG, 15-2-1996, Galvão, DJ de 19-4-1996; ADInMC 128-AL, 23-11-1989, Pertence, RTJ 145/707; ADInMC 902 3-3-1994, Marco Aurélio, RTJ 151/444; ADInMC 1.296-PI, 14-8-1995, Celso; ADInMC 1.247-PA, 17-8-1995, Celso, RTJ 168/754; ADInMC 1.179-RJ, 29-2-1996, Marco Aurélio, RTJ 164/881; ADInMC 2.021-SP, 4-8-1999, Corrêa; ADIn 1.587, 19-10-2000, Gallotti, Informativo 207, DJ de 15-8-1997; ADInMC 1.999, 30-8-1999, Gallotti, DJ de 31-3-2000; ADInMC 2.352, 19-12-2000, Pertence, DJ de 9-3-2001.) As normas constitucionais, que impõem disciplina nacional ao ICMS, são preceitos contra os quais não se pode opor a autonomia do Estado, na medida em que são explícitas limitações. O propósito de retaliar preceito de outro Estado, inquinado da mesma balda, não valida a retaliação: Inconstitucionalidades não se compensam. Concorrência do periculum in mora para a suspensão do ato normativo estadual que, posto inspirada na razoável preocupação de reagir contra o Convênio ICMS 58/1999, que privilegia a importação de equipamentos de pesquisa e lavra de petróleo e gás natural contra os produtos nacionais similares, acaba por agravar os prejuízos igualmente acarretados à economia e às finanças dos demais Estados-membros que sediam empresas do ramo, às quais, por força da vedação constitucional, não hajam deferido benefícios unilaterais. (ADI 2.377-MC, rel. min. Sepúlveda Pertence, Plenário, DJ de 7-11-2003)

Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa Assembleia Legislativa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.


CARLOS ALBERTO RICHÁ
GOVERNADOR DO ESTADO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Projeto de Lei nº 303/12 (Autoria do Deputado Valdir Rossoni)

Dispõe sobre o tratamento tributário relativo ao ICMS devido pelos estabelecimentos industriais nas operações com produtos em cuja fabricação seja utilizado material reciclado.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido crédito presumido sobre o imposto devido pelos estabelecimentos industriais nas saídas de produtos fabricados por eles próprios e desde que, no mínimo, 75% do custo da matéria prima utilizada na sua produção decorra da aquisição de MATERIAL RECICLADO DE PAPEL, DE PAPELÃO E DE PLÁSTICO OU DE RESÍDUOS DE PAPEL, DE PAPELÃO E DE PLÁSTICOS ORIUNDOS DE RECICLAGEM (realizadas pelo estabelecimento industrial que as produzir).

Art. 2º O crédito presumido será calculado mediante aplicação dos seguintes percentuais:

a) 76,388 % (setenta e seis inteiros e trezentos e oitenta e oito milésimos por cento) nas operações sujeitas à alíquota de 18% (dezoito por cento);

b) 64,583 % (sessenta e quatro inteiros e quinhentos e oitenta e três milésimos por cento) nas operações sujeitas à alíquota de 12% (doze por cento);

c) 39,285 % (trinta e nove inteiros e duzentos e oitenta e cinco por cento) nas operações sujeitas à alíquota de 7% (sete por cento).

Art. 3º Para a apropriação do crédito presumido, de que trata esta Lei, o contribuinte deverá:

I - emitir Nota Fiscal, modelo 1 ou 1-A, fazendo constar no campo "Natureza da Operação" a expressão "Crédito Presumido" e, no quadro "Dados do Produto", o número, a data e o valor dos documentos relativos às operações que geraram direito ao crédito presumido;

II - lançar a nota fiscal a que se refere a alínea anterior no campo "Observações" do livro Registro de Saídas e o valor do crédito no campo "Outros Créditos" do livro Registro de Apuração do ICMS.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

DL
Fls. 06
fls.2.

Projeto de Lei nº 303/12

Art. 4º O benefício previsto nesta Lei será apropriado em substituição ao aproveitamento de quaisquer outros créditos fiscais decorrentes da aquisição de matérias-primas e dos demais insumos utilizados na fabricação desses produtos, bem como dos serviços tomados, na proporção do valor dessas saídas sobre o valor total das operações do estabelecimento, exceto em relação àqueles relativos à aquisição de energia elétrica e de bens destinados ao ativo imobilizado.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 11 de julho de 2012.

Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente

Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO
1º Secretário

Deputado RENE PEREIRA
2º Secretário



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

DL
Fls. 08
58

PARECER À PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 035/12

PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 035/12

AUTOR: PODER EXECUTIVO

SÚMULA: Veta o Projeto de Lei nº 303/2012, de autoria do Deputado VALDIR ROSSONI, que dispõe sobre o tratamento tributário relativo ao ICMS devido pelos estabelecimentos industriais nas operações com produtos em cuja fabricação seja utilizado material reciclado.

EMENTA: PROPOSIÇÃO DE VETO. TEMPESTIVO NOS TERMOS ART. 71, §1º CE. ENCAMINHAMENTO AO PLENÁRIO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O projeto de lei nº 303/12, de autoria do Deputado VALDIR ROSSONI, que dispõe sobre o tratamento tributário relativo ao ICMS devido pelos estabelecimentos industriais nas operações com produtos em cuja fabricação seja utilizado material reciclado, tendo sido vetado pelo Senhor Governador do Estado por considerá-lo inconstitucional.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, do Regimento Interno



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a tempestividade da proposição de veto ora em tela.

A Constituição Estadual estabelece, em seu artigo 71, que o Governador do Estado quando considerar determinado Projeto de Lei inconstitucional, deve vetá-lo, em até quinze dias úteis, contados da data do seu recebimento.

Art. 71. Concluída a votação, a Assembleia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembleia Legislativa os motivos do veto. (...) (grifo nosso)

Assim, considerando-se que o projeto de lei nº 303/12 foi enviado à sanção e recebido na data de 25 de julho de 2012, iniciando a contagem como determinada na Constituição Estadual, temos que a proposição de veto nº 035/12, foi exarada em data de 14 de agosto de 2012, sendo desta maneira tempestivo.

Esta Comissão de Constituição e Justiça, dentro de suas competências regimentais, atesta que o veto foi apostado tempestivamente, respeitando o prazo legal.




Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

DL
10
Fis. 57

CONCLUSÃO

Em razão do exposto, haja vista o procedimento de veto seguir os ditames constitucionais, esta comissão posiciona-se **FAVORÁVEL** ao encaminhamento do presente veto ao plenário.

Sala das Comissões, 18 de setembro de 2012

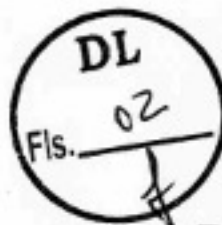

DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO HERMAS BRANDÃO JUNIOR
RELATOR

APROVADO

unânime 18/09

I - À DAP para leitura no expediente
II - À DL para providências.
Em 18/10/2012
Presidente



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

OF/CTL/CC nº 1636 /2012

Curitiba, 15 de outubro de 2012

VETO PARCIAL Nº 36/12

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.
Em, 22 OUT. 2012
1º Secretário

Publicada no Diário Oficial
Nº 8878 de 15/10/2012
Republicada no Diário Oficial
Nº de / /

Senhor Presidente,

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 262/2012-DAP/SA, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, combinado com o § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei parcialmente o Projeto de Lei nº 668/2011, por considerar as partes vetadas inconstitucionais e contrárias ao interesse público, pelos motivos adiante expostos.

O Projeto de Lei nº 668/2011, de autoria parlamentar, objetiva a criação do Programa Semana de Orientação Profissional nos Colégios Públicos do Estado do Paraná, conforme especifica, tendo o veto parcial incidido sobre as disposições dos artigos 3º, 4º, 5º e 7º.

O não acolhimento aos artigos 4º, 5º e 7º do Projeto de Lei em análise decorre por conta do vício de iniciativa, ou seja, interferência do Poder Legislativo em matéria de competência privativa do Chefe do Poder Executivo, conforme artigo 66, inciso IV da Constituição Estadual, conforme segue:

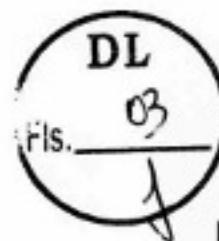
"Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

...

IV - criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública."

Excelentíssimo Senhor
Deputado **VALDIR ROSSONI**
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL
AJB/Prot.º 11.219.447-9

Anote-se e encaminhe-se
Para Providências
DL, 23/10/12
afonso



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Com relação ao artigo 3º, o mesmo não mereceu acolhimento por ter sido considerado contrário ao interesse público porque, consultada a Secretaria de Estado da Educação, aquela Pasta entendeu que o foco deveria ser apenas nos anos finais de ensino fundamental (9º ano), do ensino médio (3º ano) e do ensino profissionalizante, sem incluir os alunos do 1º e do 2º ano do ensino médio.

Esses são os motivos que me levaram a vetar, parcialmente, o Projeto de Lei em epígrafe, cujas razões submeto a apreciação dessa Assembleia Legislativa.

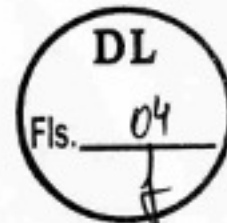
Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.



CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado



Lei nº. 17339



Data 15 de outubro de 2012

Súmula Dispõe sobre a criação do Programa Semana de Orientação Profissional nos Colégios Públicos do Estado do Paraná.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica criado o Programa Semana de Orientação Profissional nos Colégios Públicos do Estado do Paraná.

Art. 2º O Programa Semana de Orientação Profissional é um trabalho destinado aos jovens, com o objetivo de esclarecer e informar as principais características, oportunidades e dificuldades nas áreas de atuação profissional, a partir da realidade e tendências do mercado de trabalho, dando subsídios para a formação de uma identidade profissional.

Art. 3º ...Vetado...

Art. 4º ...Vetado...

Art. 5º ...Vetado...

Art. 6º As atividades do Programa Semana de Orientação Profissional no Paraná serão desenvolvidas da seguinte forma:

I – realização de atividades com a apresentação do mercado de trabalho, a partir das características regionais, necessidades, tendências e perspectivas do segmento;

II – discussão e reflexão acerca das características, limitações e perspectivas da área escolhida;

III – realização de palestras para possibilitar melhor oportunidade de percepção e avaliação sobre si mesmo, a partir do contato e interação com o grupo, oportunizando levantamento de relacionamento interpessoal, troca de opiniões e exercício coletivo.

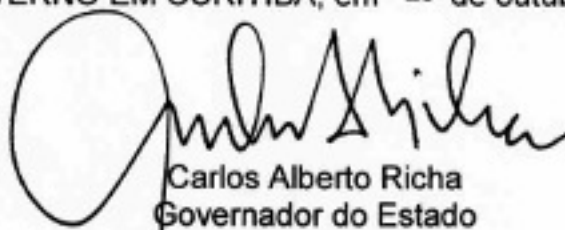
Art. 7º ...Vetado...



Art. 8º Caberá ao Poder Executivo definir o órgão responsável para a realização do programa.

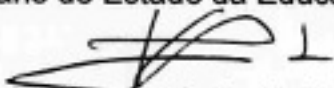
Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 15 de outubro de 2012.



Carlos Alberto Richa
Governador do Estado

Flávio Arns
Secretário de Estado da Educação



Luiz Eduardo Sebastiani
Chefe da Casa Civil

Evandro Junior
Deputado Estadual

Publicada no Diário Oficial	
Nº 8898	de 15/10/2012
Republicada no Diário Oficial	
Nº	de



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER À PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 036/12

PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 036/12

AUTOR: PODER EXECUTIVO

SÚMULA: Veta parcialmente o Projeto de Lei nº 668/2011, de autoria do Deputado Evandro Junior, que dispõe sobre a criação da Semana de Orientação Profissional nos Colégios Públicos do Paraná.

EMENTA: PROPOSIÇÃO DE VETO. TEMPESTIVO NOS TERMOS ART. 71, §1º CE. ENCAMINHAMENTO AO PLENÁRIO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O projeto de lei nº 668/11, de autoria do Deputado Evandro Junior, que dispõe sobre a criação da Semana de Orientação Profissional nos Colégios Públicos do Paraná, no âmbito do Estado do Paraná, tendo sido parcialmente vetado pelo Senhor Governador do Estado por considerar as partes vetadas inconstitucionais e contrárias ao interesse público.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a tempestividade da proposição de veto ora em tela.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



A Constituição Estadual estabelece, em seu artigo 71, que o Governador do Estado quando considerar determinado Projeto de Lei inconstitucional, deve vetá-lo, em até quinze dias úteis, contados da data do seu recebimento.

Art. 71. Concluída a votação, a Assembléia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembléia Legislativa os motivos do veto. (...) (grifo nosso)

Assim, considerando-se que o projeto de lei nº 668/11 foi enviado à sanção e recebido na data de **24 de setembro de 2012**, iniciando a contagem como determinada na Constituição Estadual, temos que a proposição de veto nº 036/12, foi exarada em data de **15 de outubro de 2012**, sendo desta maneira tempestivo.

Esta Comissão de Constituição e Justiça, dentro de suas competências regimentais, atesta que o veto foi apostado tempestivamente, respeitando o prazo legal.



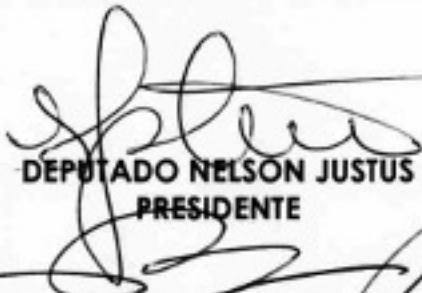
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça





CONCLUSÃO

Em razão do exposto, haja vista o procedimento de veto seguir os ditames constitucionais, esta comissão posiciona-se **FAVORÁVEL** ao encaminhamento do presente veto ao plenário.

Sala das Comissões, 30 de outubro de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO HERMAS BRANDÃO JUNIOR
RELATOR



APROVADO

Unanime 30/10/12



Projeto de Lei nº 668/11
(Autoria do Deputado Evandro Junior)

Dispõe sobre a criação do Programa Semana de Orientação Profissional nos Colégios Públicos do Estado do Paraná.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º Fica criado o Programa Semana de Orientação Profissional nos Colégios Públicos do Estado do Paraná.

Art. 2º O Programa Semana de Orientação Profissional é um trabalho destinado aos jovens, com o objetivo de esclarecer e informar as principais características, oportunidades e dificuldades nas áreas de atuação profissional, a partir da realidade e tendências do mercado de trabalho, dando subsídios para a formação de uma identidade profissional.

Art. 3º Este programa é dirigido aos alunos da 9ª série do Ensino Fundamental e aos alunos do 1º ao 3º ano do Ensino Médio.

Art. 4º O Programa Semana de Orientação Profissional nos Colégios Estaduais do Estado do Paraná será realizado em duas semanas por ano, nos meses de junho e novembro.

Art. 5º O Programa será desenvolvido nos Colégios Estaduais do Estado do Paraná, através de uma equipe multidisciplinar. Os alunos ficarão em contato direto com os profissionais e/ou professores das áreas biológica, humana e ciências exatas, a fim de que estes auxiliem no processo de escolha profissional, promovendo o conhecimento, com ferramentas e orientações para a construção de um projeto de vida sadio e eficaz. Será dada ênfase, também, na participação de empresários ou representantes designados pelas empresas da região.

Art. 6º As atividades do Programa Semana de Orientação Profissional no Paraná serão desenvolvidas da seguinte forma:

I – realização de atividades com a apresentação do mercado de trabalho, a partir das características regionais, necessidades, tendências e perspectivas do segmento;

II – discussão e reflexão acerca das características, limitações e perspectivas da área escolhida;



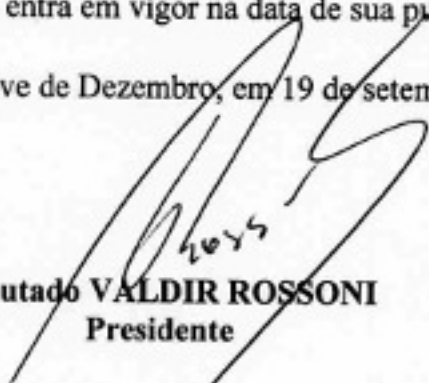
III – realização de palestras para possibilitar melhor oportunidade de percepção e avaliação sobre si mesmo, a partir do contato e interação com o grupo, oportunizando levantamento de relacionamento interpessoal, troca de opiniões e exercício coletivo.

Art. 7º Os jovens que participarem deste programa receberão o Guia das Profissões, onde poderão consultar informações como descrição de cargos, formação acadêmica, perspectivas de mercado, qualificações requeridas e dicas para aprimorar o seu conhecimento.

Art. 8º Caberá ao Poder Executivo definir o órgão responsável para a realização do programa.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 19 de setembro de 2012.


Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente


Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO
1º Secretário


Deputado REINHOLD STEPHANES JUNIOR
3º Secretário



JUSTIFICATIVA

O Programa Semana de Orientação Profissional tem por finalidade despertar nos adolescentes de baixa renda o interesse por uma profissão, possibilitando crescimento pessoal e melhor qualidade de vida. Essa é a importância de uma orientação profissional para os adolescentes com esse perfil.

A identidade pessoal é um dos temas de maior importância na personalidade do adolescente por vincular-se à sua história pessoal, pois é na adolescência que começa a tecer o próprio relato de vida e a individualidade.

Uma opção feita de forma consciente fará com que o jovem inicie o curso muito mais motivado e informado sobre sua escolha. Dessa forma, as chances de que permaneça na universidade e invista na sua profissão são bem maiores.

Para uma melhor orientação, o Guia de Profissões será desenvolvido para ajudar esses jovens a conhecer melhor a área de atuação e o mercado de trabalho brasileiro. Por meio desse guia os alunos poderão consultar informações como descrição de cargos, formação acadêmica, perspectivas de mercado, qualificações requeridas e dicas para aprimorar o seu conhecimento profissional, servindo, também, para orientação e dúvidas a serem devidamente sanadas.

Além disso, será facilitada a visualização dos anúncios de vagas de emprego, disponíveis no site, que estejam de acordo com o cargo pesquisado e ainda o acesso às informações pertinentes à remuneração do mesmo.